

CRESS-PR em MOVIMENTO



CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região

Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020

29 DE JANEIRO DE 2019

DIÁ DA VISIBILIDADE TRANS

29 DE JANEIRO

VISIBILIDADE TRANS:

(TRANS) FORME,

(RE) EXISTA!

**ASSISTENTES SOCIAIS CONTRA A TRANSFOBIA
E PELA DIGNIDADE DAS PESSOAS TRANS!**

Dia 29 de Janeiro, segundo a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, marca a data em que o movimento de travestis e transexuais ocupou o Congresso Nacional para lançar a campanha "Travesti e Respeito". Tal ato também é mencionado como primeiro organizado exclusivamente pelo movimento. Este dia significa, e tem por objetivo, reafirmar a luta pela dignidade de travestis e transexuais.

O Brasil, segundo a Organização não Governamental "Transgender Europe", aparece como um dos países que mais mata travestis e transexuais (2016). A expectativa de vida de

peças trans é de apenas 35 anos, em função da transfobia. Inclusive recentemente nos chocamos e nos emocionamos com a notícia da morte da Kelly. Por Kelly lembramos que a luta deve ser intensificada com o lema "Nenhuma pessoa trans a menos".

Os indicadores do Instituto Brasileiro de Transeducação revelam que a violência transfóbica dificulta, ainda, o acesso e a permanência de pessoa trans na educação, pelo preconceito, pelas agressões, assédios e não garantia da utilização do nome social.



Foto: Joh Moraes

Primeira Marcha pela Visibilidade Trans de Curitiba - Jan/2019



Foto: Joh Moraes

Diante dos princípios do Serviço Social brasileiro de liberdade, justiça social e defesa intransigente dos direitos humanos; pela luta contra toda forma de discriminação e de preconceito, reafirmamos a atuação conjunta com o Movimento de Travestis e Transexuais. As lutas pelos direitos humanos de pessoas Trans inclui a defesa da ampliação de políticas públicas e da participação da população trans.

Em 2018 tivemos o falecimento de um importante ativista dos direitos de identidade de gênero, João Nery. O Projeto de Lei nº 5002/2013, nomeado João Nery em sua homenagem, dispõe sobre a garantia do direito a identidade de gênero e a cidadania plena destas pessoas. Em seu livro, Viagem Solitária, João Nery conta todas as dificuldades que enfrentou para que respeitassem sua identidade, bem como a transformação destas dificuldades em luta política. Neste livro, ele menciona a assistente social Martha Rique Reis, que atuou na ONG Vidda e o apoiou em seu processo. Ressaltamos, nesse sentido, a importância do trabalho de assistentes sociais visando a garantia de direitos, a plena expansão dos usuários/as na direção emancipatória. Tal perspectiva encontra relação com a afirmação do próprio Nery no livro "Vidas Trans": "uma viagem não mais solitária".

Enquanto normativa do Conselho Federal de Serviço Social temos vigente a resolução nº 615 de 2011, que estabelece a utilização do nome social

de travestis e transexuais na carteira profissional. Já a resolução nº 845 regula a atuação profissional no Processo Transexualizador em conformidade ao que almeja os usuários e as usuária, em absoluta sintonia com as lutas e conquistas do Movimento Trans. Outras resoluções e orientações discorrem sobre a defesa a livre orientação sexual, o reconhecimento da identidade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação e de preconceito de qualquer origem.

No dia da Visibilidade Trans, em memória à Marcela Prado, Dandara, João W. Nery e Kelly, e por todas as pessoas travestis e transexuais da categoria e todas as e os usuárias e usuárias, reafirmamos nosso compromisso ético-político com a população trans. As conquistas e desafios constituem um marco histórico que rememoramos nesta data. O Serviço Social têm o compromisso de defesa intransigente dos direitos humanos, principalmente o direito de ser quem é!

Texto: Rodrigo Nascimento, bacharel em Serviço Social pela PUCPR, mestrando em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR, membro da Câmara Temática de Ética e Direitos Humanos do CRESSPR.

RESISTIR,

LUTAR CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS



Foto: Arquivo Pessoal

No dia 29 de janeiro de 2004, um total de 27 travestis, mulheres transexuais e homens trans entraram no Congresso Nacional, em Brasília, para lançar a campanha "Travesti e Respeito", do departamento de DST, AIDS e Hepatites do Ministério da Saúde. Esta foi a primeira campanha de nível nacional organizada pelas trans reivindicando a promoção do respeito e dos direitos de cidadania.

Desde então, o 29 de janeiro se tornou um marco de mobilização da população trans, com a realização de atividades, palestras, mobilizações para dar visibilidade às bandeiras do movimento.

Em Curitiba, a data foi marcada pela realização da primeira Marcha da Visibilidade Trans. O evento fez parte de uma série de atividades que ocorreram na Semana pela Visibilidade Trans dias antes da marcha. Estima-se que cerca de 1000 pessoas participaram do ato que saiu da Boca e terminou na Praça Santo Andrade.

A Secretária Geral da Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD) e ativista trans, Sabrina Mab Taborda, fala na entrevista abaixo sobre o significado do dia 29 de janeiro para a população trans, as bandeiras de luta e os anseios do coletivo. Confira:

1. 29 DE JANEIRO É O DIA DA VISIBILIDADE TRANS. QUAL A IMPORTÂNCIA DESSA DATA PARA A SOCIEDADE E PARA O MOVIMENTO TRANS?

Essa data reforça para nós travestis, transexuais, mulheres e homens trans, a importância de

ocuparmos todos os espaços na sociedade, mostrando que somos seres humanos, que temos sentimentos, que temos sonhos, que temos família, e que acima de tudo merecemos respeito. É uma data que destaca a luta pela garantia de direitos, educação, saúde, trabalho e segurança a uma parcela da população que sofre diariamente por conta do machismo e da transfobia.

2. SOBRE A APPAD, COMO SE DÁ A ATUAÇÃO DA ENTIDADE, EM QUAIS ÁREAS ELA ATUA, E QUAL A AGENDA DE TRABALHO?

Desde 2004 a APPAD é a responsável pela realização da Parada da Diversidade LGBTI na capital paranaense, e atua de forma articulada com outras organizações da sociedade civil que desenvolvem ações de promoção e defesa dos direitos humanos, bem como na reparação de violações de direitos de diversos segmentos populacionais. Nossas atividades visam contribuir para a construção de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias para o fortalecimento dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Além da produção da edição anual da Parada, a APPAD atua durante todo o ano em diversas frentes de trabalho, como o atendimento a pessoas vítimas de violência e discriminação por orientação sexual, identidade e expressão de gênero, acolhimento à migrantes e refugiados LGBTI, oficinas temáticas em direitos humanos para a comunidade LGBTI, para estudantes universitários e secundaristas; atividades culturais; entre outras.

3. O BRASIL É UM DOS PAÍSES COM MAIOR ÍNDICE DE VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO TRANS E LGBTI. NO SEU MODO DE VER, AO QUE SE DEVE ISSO E COMO MUDAR ESSA REALIDADE?

Não só é o país que mais mata, como também o que mais consome conteúdo pornográfico de travestis e transexuais. Diante desse paradoxo, podemos citar 3 elementos que influenciam e muito a violência contra a população trans. A primeira é o machismo, que tem um poder devastador na sociedade como um todo. A segunda é o ódio pregado por conta de fanatismo religioso, abominando tudo o que é visto como diferente. Há mais de 450 anos a igreja tem tido uma influência muito grande quando o assunto é violência contra pessoas trans. Desde lá atrás

somos perseguidas, açoitadas, humilhadas e mortas em nome de Deus. A terceira diz respeito à educação ou à falta dela, pois muita gente não sabe a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e precisamos falar sobre.

IDENTIDADE DE GÊNERO

diz respeito ao gênero em que cada pessoa se constrói ao longo da vida, como sendo homem/mulher ou nenhum dos dois. Ou seja, é como cada indivíduo se vê, se percebe e se apresenta na sociedade e também como a ela o vê. As pessoas não nascem prontas, homem ou mulher. Nascem ou do sexo feminino, ou do sexo masculino, ou intersexo, e isso é o que tem determinado o que o indivíduo será quando crescer. Sendo o mesmo conduzido pelos pais e pelo meio onde vive a conhecer todo o processo de ser homem ou mulher, através do padrão estabelecido na sociedade pela cultura local. Padrão esse que não deveria existir, muito menos ser imposto a ninguém. Isso reduziria e muito preconceitos, traumas, medos, etc.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

é uma inclinação involuntária que direciona nossos desejos por outra pessoa, através da atração e/u relação afetiva, emocional ou sexual. Ou seja, enquanto a identidade de gênero diz respeito somente ao indivíduo, a orientação sexual diz respeito à por quem esse indivíduo tem desejo.

Educação é a chave para acabar com o preconceito e discriminação.

O novo governo tem falado muito sobre ideologia de gênero, uma falácia criada com a alegação de que queremos destruir a família brasileira. Ideologia de gênero é o que o novo governo tem feito e vemos isso com as palavras da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirmando que meninas vestem rosa e meninos vestem azul, isso é repressão e imposição. Nós do movimento social só queremos IGUALDADE DE GÊNERO, onde meninas e meninos possam vestir a cor que elas quiserem, brincar com o que elas quiserem e ser quem elas quiserem.

SEM REPRESSÃO OU IMPOSIÇÃO!



4. COMO VOCÊ VÊ O TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS E A ATUAÇÃO DO CRESS-PR NO COMBATE AO PRECONCEITO E À VIOLÊNCIA CONTRA AS POPULAÇÕES TRANS E LGBTI?

O trabalho das/os assistentes sociais tem sido fundamental no combate ao preconceito e violência, pois estão lá na ponta atendendo toda a população de vulneráveis e vulnerados, incluindo pessoas LGBTIs. Sem contar na parceria histórica que o CNSS e o CRESS-PR têm com os movimentos sociais.

5. QUAIS OS DESAFIOS DA APPAD DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA QUE SE APRESENTA, SOBRETUDO DE UM GOVERNO QUE JÁ DEU CLARAS DEMONSTRAÇÕES DE PRECONCEITO E ÓDIO CONTRA A POPULAÇÃO TRANS E LGBTI?

No geral, o movimento social LGBTI no Brasil já está tendo vários desafios. A começar quando

quiseram vetar o uso do nome social nos espaços públicos, uma conquista de anos de luta. O uso do nome social ajuda a diminuir o preconceito, a discriminação e as violências sofridas em todos os espaços públicos. E isso não muda nada na vida das outras pessoas a não ser das próprias pessoas trans. É super importante para garantir o respeito. Tem também a cartilha voltada à saúde do homem trans produzido pelo Ministério da Saúde e que foi retirada do ar do site do governo, já no início deste mês. Para nós do movimento social, isso é um meio de invisibilizar nossas identidades e existência, dentre outros retrocessos que contribuem para o aumento da violência contra a comunidade LGBTI, em especial as pessoas travestis e transexuais.

MARCHA PELA VISIBILIDADE TRANS

Movimentos e organizações de defesa de direitos da população Trans, têm realizado ações que visam fortalecer a cultura dos direitos e a visibilidade Trans. Além de uma série de atividades promovidas pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) e da Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD), destaca-se a primeira Marcha da Visibilidade Trans, realizada no dia 27 de janeiro, em Curitiba. O evento fez parte de uma série de atividades que ocorreram na Semana pela Visibilidade Trans dias antes da marcha. Aproximadamente 1000 pessoas ocuparam as ruas do Centro da cidade. A marcha foi idealizada por Renata Borges, do Transgrupo Marcela Prado. Diversos movimentos sociais e organizações participaram, como o grupo Mães pela Diversidade, Arte Jovem, Grupo Dignidade e Coletivo Cássia. Além disso estiveram presentes a União Brasileira de Mulheres (UBM), o CRESSPR, APP Sindicato, Transgrupo Marcela Prado, UNA LGBT e siglas de partidos políticos.



Renata Borges – Transgrupo Marcela Prado

Para animar o público, a marcha contou com a participação da bloca Saí do Armário e Me Dei Bem. Além disso, o evento trouxe apresentações culturais com o tema da marcha.



Conselheira Vice Presidente Elza Campos – UBM CT Direitos Humanos CRESSPR

Para a conselheira vice presidenta do CRESSPR Elza Campos, "a marcha, marcada por atividades culturais que visibiliza a identidade trans, é um ato político fundamental para o enfrentamento do cenário de violência e de retrocessos em direitos". Faz parte dos princípios éticos da/o assistente social fortalecer movimentos sociais e organizações de direitos humanos no exercício profissional, considerando que as lutas sociais cotidianas são indispensáveis para uma nova cultura, uma nova sociabilidade, de modo que as relações privadas e públicas sejam marcadas pelo respeito à diferença, com valorização da diversidade humana.



Texto: Jucimeri Silveira e Elza Campos

A AGENDA POLÍTICA DO CONJUNTO CFESS/CRESS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

No CRESSPR não há registro de anotação de nome social, ainda que seja um direito importante para a população LGBTI, previsto na Resolução nº 615 de 2011. Isso, em parte, tem relação com a invisibilidade social da população LGBTI, particularmente a população Trans, com "ocultamento" de suas demandas, direitos, e existências. Daí a importância da disseminação dos mecanismos jurídicos e ético-políticos que orientam o exercício profissional e a garantia da dignidade para assistentes sociais e população trans usuária dos serviços sociais. A recente resolução nº 845/18, dispõe sobre a atuação profissional diante de processos de transexualização, visando a superação de práticas preconceituosas, discriminatórias e cerceadoras de direitos. Cabe às/aos assistentes sociais apoiarem a população usuária de modo a respeitar a expressão de suas identidades sexuais.

O conjunto CFESS/CRESS tem atuado de modo a consolidar sua agenda política na defesa intransigente dos direitos humanos, o que deve, de modo indissociável, ocorrer no exercício profissional. Faz parte da bandeira de lutas da categoria "Defender a ampliação da rede de atendimento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) como direito da população LGBT; assumir e disseminar

"posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

O cenário atual é de maior ameaça à população LGBT, o inclui a população trans. A retirada das políticas para a população LGBT da estrutura e da pauta dos direitos humanos do governo do presidente Bolsonaro, além da exclusão da cartilha destinada à promoção da saúde da população LGBT, é mais um evidente retrocesso, com impactos na vida das pessoas diretamente afetadas por um padrão heteronormativo, o que se acentua diante do aumento da cultura do ódio, de contra reformas, de um Estado de exceção e da inviabilização da democracia.

O CRESSPR tem fortalecido sua atuação junto aos movimentos e organizações da sociedade, bem como órgãos de direitos humanos, na defesa dos direitos da população Trans e na orientação de um exercício profissional que respeite a dignidade da população trans, coletivize suas demandas, defenda direitos. Um exercício profissional que (TRANS)FORME a realidade, possibilite que a população (RE)EXISTA, com autonomia, plena expansão, na visando a garantia de condições igualitária de vida e com efetiva liberdade!

Texto: Jucimeri Silveira e Elza Campos

CONFIRA E DIVULGUE

Resolução nº 615/11

<https://bit.ly/2UrHGAX>

Resolução nº 845/18

<https://bit.ly/2GtK7u0>

Manual de Comunicação LGBTI da ABGLT:

<https://bitly.com/2Tj5bLP>

Caderno 4 da Série "Assistente Social no combate ao preconceito - Transfobia":

<https://bit.ly/2HGbA2q>



CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região
gestão tempo de resistir: nenhum direito a menos!

Comissão de Comunicação: Jucimeri Silveira, Tamires Oliveira,
Kellen Dalcin, Lena Sonda.
Assessoria de Comunicação: Apex Conteúdo Estratégico